



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DA ASSESSORIA JURÍDICA**

**Parecer nº 14/2014-CGJ/CE**

Referência: 8501481-88.2014.8.06.0026

Assunto: COBRANÇA DO SERVIÇO DE BUSCA NAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

Interessado: OFÍCIOS DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROTESTO - FORTALEZA/CE

Trata-se de processo (CONSULTA JURÍDICA) cujo pedido formulado por Marcos Antônio Penha Barros Leal e Silvia Helena Rocha C. de Oliveira, Oficiais do 1º e 2º Cartórios de Distribuição de Fortaleza/CE, respectivamente, objetiva a sua orientação quanto à autorização para cobrança do **ato de realização de busca – código nº. 001006** – precedente a todos os atos de Registro de Distribuição, afim de respaldar a inclusão na sistemática de seus emolumentos.

Aduzem, em síntese, que, inobstante a averiguação diária da realização de vários atos de registro ser medida obrigatória, afim de se evitar registros em duplicidade, bem como haver previsão expressa de seus valores na **Tabela I de Emolumentos**, constataram que não há regulamentação quanto à cobrança de tais atos.

**É o breve relatório.**

*Ab initio*, imprescindível salientar que a Constituição Federal de 1988 prevê a fixação de norma, através de Lei Federal, referentes a emolumentos, nos termos reproduzidos a seguir, *in verbis*:

*“Art. 236. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público.*

*[...]*

*§2º Lei Federal estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro”.*

Nessa senda, o parágrafo único do art. 9º da Lei Federal nº. 10.169, de 29 de dezembro de 2000, é contundente ao dispor que os atos dos serviços notariais e de registro deverão ser remunerados, conforme se verifica *in verbis*:

*“Art. 9º Os Estados e o Distrito Federal deverão proceder à revisão das tabelas de emolumentos atualmente em vigor, a fim de adaptá-las ao disposto nesta Lei, no prazo de noventa dias contado da data de sua vigência.*

*Parágrafo único. Até a publicação das novas tabelas de emolumentos, revistas e adaptadas conforme estabelece este artigo, **os atos praticados pelos serviços notariais e de registro continuarão a ser remunerados** na forma da legislação em vigor nos Estados e no Distrito, observadas, desde logo, as vedações estabelecidas no art. 3º desta Lei”.*

Infere-se, do cotejo da disposição normativa suso mencionada, que os atos praticados pelos serviço notariais e de **registro** continuarão a ser remunerados na forma da legislação em vigor.

Preliminarmente, mister fixar que o objeto da presente consulta refere-se à cobrança da **BUSCA e não do registro em si**, questão a seguir analisada.

O ato de busca configura-se um “*meio*” para se efetuar a elaboração do ato “*fim*”, que é a certidão. Equivale dizer, que aquele ato consubstancia-se inerente a este.

Todavia, o presente caso contempla, além da expedição de certidões, a prática de atos próprios de registro de **distribuição**, os quais **não derivam de qualquer busca**, na conformidade do fundamento a seguir.

Os consulentes bem observaram a questão concernente aos atos em que efetuam a busca, elencando-os na consulta formulada nos liames de suas atribuições, os quais são reproduzidos a seguir:

Ato	Descrição dos Atos
<b>001001</b>	<b>Distribuição de Títulos para protesto</b>
001002	Registro e Averbações de testamentos públicos e particulares
001003	Cancelamento ou baixa na distribuição
001004	Registro de Escritura lavrada fora da Comarca de Fortaleza
<b>001007</b>	<b>Distribuição de documentos</b>
001008	Registro de cada ato que trata a Resolução nº 01/99

Aduzem, nesse ínterim, que realizam **pesquisa** sobre os atos suso mencionados, motivo pelo qual entendem incidir a cobrança do determinado **ato de busca**.

Neste ponto, embora efetuem a busca dos atos supracitados, de suma relevância consignar que em parte deles não deverá incidir a cobrança ora vindicada, mormente quanto aos atos **001001 – Distribuição de Títulos para protesto – e 001007 – Distribuição de Documentos** – conforme exposto adiante.

É que, ao contrário do que entenderam os ilustres consulentes, **os atos de serviço de distribuição são eminentemente instrumentais**, na medida em que a única conferência a ser feita é apenas acerca dos caracteres formais do título.

A Lei nº. 9.492/1997, em seu artigo 8º, parágrafo único, dispõe, *in verbis*:

**“Art. 8º Os títulos e documentos de dívida serão recepcionados, distribuídos e entregues na mesma data aos Tabelionatos de Protesto, obedecidos os critérios de quantidade e qualidade.**

**Parágrafo único. Poderão ser recepcionadas as indicações a protestos das Duplicatas Mercantis e de Prestação de Serviços, por meio magnético ou de gravação eletrônica de dados, sendo de inteira responsabilidade do apresentante os dados fornecidos, ficando a cargo dos Tabelionatos a mera instrumentalização das mesmas”.**

Portanto, não há obrigação quanto à emissão de certidão no caso específico de distribuição de títulos e documentos que não sejam aqueles sujeitos a alterações posteriores, o que não é o caso dos presentes autos.

Lembre-se que a disciplina do procedimento de apresentação de título a protesto, nos termos dos arts. 9º, 10 e 11, da Lei 9.492/1997 – Lei de Registros Públicos – dispensa qualquer conferência ou pesquisa que configure a prática de ato de busca, conforme depreende-se a seguir:

#### **“CAPÍTULO IV**

##### ***Da Apresentação e Protocolização***

*Art. 9º. Todos os títulos e documentos de dívida protocolizados serão examinados em seus caracteres formais e terão curso se não apresentarem vícios, não cabendo ao Tabelião de Protesto investigar a ocorrência de prescrição ou caducidade.*

*Parágrafo único. Qualquer irregularidade formal observada pelo Tabelião obstará o registro do protesto.*

*Art. 10. Poderão ser protestados títulos e outros documentos de dívida em moeda estrangeira, emitidos fora do Brasil, desde que acompanhados de tradução efetuada por tradutor público juramentado.*

*§ 1º Constarão obrigatoriamente do registro do protesto a descrição do documento e sua tradução.*

*§ 2º Em caso de pagamento, este será efetuado em moeda corrente nacional, cumprindo ao apresentante a conversão na data de apresentação do documento para protesto.*

*§ 3º Tratando-se de títulos ou documentos de dívidas emitidos no Brasil, em moeda estrangeira, cuidará o Tabelião de observar as disposições do Decreto-lei nº 857, de 11 de setembro de 1969, e legislação complementar ou superveniente.*

*Art. 11. Tratando-se de títulos ou documentos de dívida sujeitos a qualquer tipo de correção, o pagamento será feito pela conversão vigorante no dia da apresentação, no valor indicado pelo apresentante”.*

**Por ilação lógica, dada a ausência de certidão quanto ao caso posto em tablado, não há que se falar em busca e, por via de consequência, em cobrança deste ato.**

Desta forma, aos Cartórios Distribuidores não cabe a cobrança do ato de busca **concernente à distribuição**, em virtude da inexistência do **“ato meio” – ato de busca**.

Inobstante a ausência de norma, consectário lógico que a cobrança de qualquer ato previamente identificado não acarretará a cobrança da busca, em virtude do que fartamente exposto no presente parecer – inexistência do ato **“meio”** (busca), desde que não esteja sujeito a alteração posterior, a exemplo dos Registros de Imóveis.

Com esteio na presente argumentação, em resposta à consulta requerida, **opina** esta assessoria jurídica, no sentido da impossibilidade de cobrança do ato de realização busca (código nº. 001006), firmado na Tabela I, pelos **Oficiais Distribuidores do Estado do Ceará**, concernentes ao serviço de distribuição de títulos e documentos, mais precisamente os atos 001001 – Distribuição de Títulos para protesto – e 001007 – Distribuição de documentos.

**À consideração superior.**

Fortaleza, 20 de agosto de 2014.

**DAVID SOUSA ALENCAR**  
**ASSESSOR JURÍDICO**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL**

**DESPACHO/OFÍCIO Nº.3.076/2014/CGJ-CE**

Referência: 8501481-88.2014.8.06.0026

Assunto: CONSULTA JURÍDICA

Interessado: OFÍCIOS DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE PROTESTO - FORTALEZA/CE

Trata-se de processo (CONSULTA JURÍDICA) cujo pedido formulado por Marcos Antônio Penha Barros Leal e Silvia Helena Rocha C. de Oliveira, Oficiais do 1º e 2º Cartórios de Distribuição de Fortaleza/CE, respectivamente, objetiva a sua orientação quanto à autorização para cobrança do **ato de realização de busca – código nº. 001006** – precedente a todos os atos de Registro de Distribuição, afim de respaldar a inclusão na sistemática de seus emolumentos.

Aduzem, em síntese, que, inobstante a averiguação diária da realização de vários atos de registro ser medida obrigatória, afim de se evitar registros em duplicidade, bem como haver previsão expressa de seus valores na **Tabela I de Emolumentos**, constataram que não há regulamentação quanto à cobrança de tais atos.

Parecer da assessoria jurídica desta CGJ manifestando-se pela impossibilidade de cobrança do referido ato no tocante ao serviço de distribuição de títulos e documentos.

**Os autos ascenderam-me em conclusão.**

Conforme consta nos autos, trata-se de indagação acerca da autorização para cobrança do ato de busca concernente aos atos praticados pelos Cartórios de Distribuidores.

Nos moldes da argumentação firmada no **Parecer nº. 14/2014** desta CGJ, depreende-se que o **artigo 8º da Lei nº. 9.492/1997** identificam como sendo atos eminentemente instrumentais aqueles pertinentes à própria distribuição, na medida em que a única conferência a ser realizada é referente aos caracteres formais do título.

Diante do exposto, em análise detida dos vertentes autos, e em consonância com o entendimento da assessoria jurídica desta Casa Correcional, **APROVO o parecer retro, no sentido da impossibilidade de cobrança do ato de busca quanto aos atos 001001 – Distribuição de Títulos para protesto e 001007 – Distribuição de documentos.**

**Notifique-se os consulentes acerca do inteiro teor do parecer retromencionado enviando-lhes cópia da presente decisão.**

Após as comunicações e notificações de praxe, **ARQUIVEM-SE.**

**Cópia da presente servirá como ofício.**

**Expedientes atinentes.**

**À Diretoria-Geral para providências.**

Fortaleza, 20 de agosto de 2014.

**FRANCISCO SALES NETO**  
**CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA**